

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM MONLEVADE

Belmar quer propor isenção de IPTU para imóveis atingidos pela chuva

Heverton Elias
DA REDAÇÃO

O vereador Belmar Diniz (PT) pretende apresentar um projeto de lei para isentar do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) imóveis que foram atingidos por desastres naturais. A justificativa são as perdas materiais provenientes de desastres ou eventos naturais como a tempestade que caiu em João Monlevade entre os dias 23 e 25 de janeiro.

“O objetivo é estabelecer regras de isenção do IPTU, para cidadãos monlevadenses que vierem a enfrentar situações relacionadas a perda material causada por eventos naturais, não só em 2020 mas daqui em diante” afirmou o vereador.

De acordo com Belmar Diniz, ele está analisando com a Assessoria Jurídica da Câmara a melhor forma de propor a isenção. O opositorista está convencido de que no caso da cobrança de IPTU, a Câmara pode propor a isenção através de projeto de lei, mesmo que a iniciativa não seja da prefeita Simone Moreira (PSDB).

Segundo o vereador, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) já reconheceu em diversos processos, que as condições para estabelecer requisitos de isenção de IPTU, não são de iniciativa exclusiva do prefeito, diferente do que ocorre com os orçamentos anuais, diretrizes orçamentárias e planos plurianuais.

O vereador citou ainda que as decisões do TJ levam em consideração o artigo 66 da Constituição do Estado de Minas Gerais, que estabelece quais matérias tributárias são de iniciativa exclusiva de prefeitos.

Consta no texto do projeto que a isenção ou remissão será total para os imóveis que sofreram destruição física total ou parcial, compreendendo ra-

chaduras ou desmoronamento de parede ou das paredes da casa. A isenção será parcial na margem de 50%, para os imóveis que foram levemente atingidos, considerando-se, neste caso, os imóveis que apenas sofreram danos na hidráulica e/ou eletricidade.

O texto do projeto ainda prevê que para a concessão do benefício, em qualquer tempo de calamidade pública, não bastará a decretação de emergência no município, devendo os imóveis atingidos constarem nos registros da Defesa Civil do Município de João Monlevade, e portanto, estarem interditados.

Caso não seja possível apresentar o projeto de lei, Belmar Diniz deve recorrer a um anteprojeto de lei, caminho para as propostas que envolvem renúncia de tributo. Neste caso o anteprojeto seria enviado para a prefeita, que teria que reencontrar a proposta para a Câmara Municipal, na forma de projeto de lei de sua autoria.

Belmar Diniz informou ao **Diário** que a proposta deve ser encaminhada para as comissões temáticas na primeira reunião da Câmara deste ano, marcada para a próxima quarta-feira (5).

O vereador também quer propor que o Departamento de Águas e Esgotos (DAE) ofereça uma isenção parcial na tarifa de água para quem sofreu com os estragos causados pela chuva.

“Além da perda material, as pessoas estão agora limpando suas residências que foram alagadas ou invadidas pela lama. Elas terão um gasto excessivo de água por causa disso. Um desconto seria necessário diante do que elas já perderam”, concluiu o vereador. A forma como vai propor o desconto na cobrança de água ainda está sendo analisada pelo opositorista.



Imóveis danificados pela enchente podem ficar isentos de IPTU, se o projeto for aprovado

CARNAVAL CANCELADO EM RIO PIRACICABA

Escola de samba manterá o desfile, sem verba pública

A Escola de Samba Unidos de São Miguel anunciou que desfilará este ano, com recursos próprios, mesmo o prefeito Sebastião Torres Bueno “Tatá Caxambu” (PL) tendo cancelado a programação oficial do Carnaval – devido aos estragos causados pela enchente em Rio Piracicaba.

Em uma carta aberta à população piracicabense, a direção da Unidos de São Miguel se solidarizou com todas as pessoas atingidas pela enchente e afirmou que a cidade “dará a volta por cima”. “Abraçamos a causa do Município, na pessoa de nosso prefeito, nesta tomada de decisão tão difícil, ao cancelar as festividades ora programadas”, disse a escola.

A Unidos de São Miguel declarou que manter o desfile sem verba pública foi “a forma que a direção encontrou

de dar as mãos à administração do Município e a cada piracicabense afetado pelas chuvas”, “sem que haja gastos desnecessários neste momento de catástrofe natural”.

Os desfiles estão previstos para os dias 23 e 25 de fevereiro. Para o presidente da Unidos, Aloísio Crepalde Lelis, a manutenção do desfile não é uma afronta à Prefeitura, mas uma maneira “de devolver aos piracicabenses o apoio que a escola sempre recebeu”.

“Conclamamos a todos os piracicabenses e demais visitantes, que por ventura aqui passarem nos dias de Carnaval, para nos prestigiarem com a presença e o contágio carnavalesco”, disse Aloísio Lelis.

Memória - O prefeito Sebastião Torres cancelou a programação de Carnaval na se-

gunda-feira (27), devido aos estragos causados pela chuva. “Não julgo oportuno festejar-nos neste momento em que cidadãos piracicabenses passam por dificuldades e tristeza”, alegou.

Sebastião Torres afirmou, no comunicado, que a chuva desencadeou o transbordamento do rio Piracicaba, atingindo diversas famílias e causando queda de barrancos sobre vias públicas e casas por vários pontos da cidade. Todos esses problemas, aliados ao agravamento da situação da estrutura da ponte do centro da cidade, pesaram na decisão.

Segundo a Defesa Civil a enchente do rio Piracicaba desalojou 120 pessoas na cidade. A maioria delas já voltou para casa, mas 30 continuam desabrigadas por causa de deslizamentos.